Entre a inovação tecnológica e a mediação pedagógica: a Inteligência Artificial Generativa na formação de professores de música a distância à luz das políticas nacionais de IA na educação

José Hérikson Dantas do Amaral (UERN/UFERSA/IFRN)
j.herikson@hotmail.com

Ruãnn Cézar Cezário Silva (UERN/UFERSA/IFRN)
ruann.cezar@gmail.com

Cleyton Oliveira Tibúrcio (UERN/UFERSA/IFRN)
cleytonoliveira.musica@gmail.com

Valmirlei Andrade de Sena Filho Dias (UERN/UFERSA/IFRN)
professorvalmirleiandrade@gmail.com

Giann Mendes Ribeiro (UERN/IFRN/UFRN)
giannmendes@uern.br

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica e documental que analisou as aproximações e as lacunas entre a produção acadêmica sobre Inteligência Artificial Generativa (IAG) na Educação Musical e as orientações das políticas nacionais de IA na educação, considerando a formação inicial de professores de música, especialmente na modalidade a distância. O *corpus* reuniu trabalhos publicados entre 2019 e 2026 em periódicos, dissertações e anais de eventos das áreas de Educação Musical e Educação, além dos documentos publicados pelo Ministério da Educação em 2026. A análise permitiu identificar três categorias: a IAG como ferramenta pedagógico-musical; a IA na formação de professores e na Educação a Distância (EaD); e o diálogo entre a produção científica da área e as políticas nacionais. Os resultados evidenciam que a produção acadêmica cresce rapidamente, mas permanece concentrada na descrição de ferramentas, com reduzida atenção à mediação pedagógica, às especificidades da formação docente em EaD e à articulação com os marcos normativos nacionais. Conclui-se que a consolidação da Inteligência Artificial Generativa na formação de professores de música depende menos da incorporação de novas tecnologias e mais da construção de processos formativos capazes de integrar medição pedagógica, ética e políticas publicas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial Generativa; Educação Musical; Educação a Distância.

Introdução

A utilização da Inteligência Artificial (IA) na educação tem ampliado as possibilidades de criação, planejamento e personalização do ensino, ao mesmo tempo em que impõe novos desafios éticos e pedagógicos ao trabalho docente. Trata-se de um dos fenômenos sociotécnicos mais debatidos da atualidade, cujos avanços e riscos ultrapassam o campo tecnológico e alcançam as dimensões ética, social e educacional (Sichman, 2021; Kaufman, 2021). Na área da Educação Musical, que há alguns anos vem reconhecendo o impacto das tecnologias digitais na criação de novos ambientes formativos e na reconfiguração dos saberes necessários à docência, essa presença soma-se à expansão da Educação a Distância (EaD) e desloca o debate para um ponto sensível: a mediação pedagógica desses recursos na formação de professores de música. Nesse sentido, observa-se que a questão dialoga diretamente com o tema dos Encontros Regionais da ABEM de 2026, Educação Musical na era da inteligência artificial: implicações éticas e desafios para o ensino e a pesquisa em música, o que evidencia a atualidade e a pertinência da discussão para a área.

O interesse pela relação entre IA e ensino de música intensificou-se, no Brasil e no exterior, a partir de 2019, acompanhando a popularização das ferramentas generativas e a consolidação de um campo internacional de estudos sobre IA na educação (Holmes; Bialik; Fadel, 2019; Luo, 2023). No contexto brasileiro, verifica-se que esse crescimento ainda carece de articulação com os marcos normativos nacionais. Em 2026, o Ministério da Educação publicou dois documentos complementares: o Referencial para desenvolvimento e uso responsáveis de inteligência artificial na educação (Brasil, 2026), que abrange da educação básica à pós-graduação e trata da inclusão da IA nos currículos das licenciaturas; e o documento orientador Inteligência Artificial na Educação Básica (Menezes *et al.*, 2026), que, além de diretrizes curriculares e éticas para as escolas, dedica um capítulo às formações de professores na era da IA. Tendo em vista que os cursos de licenciatura, inclusive os ofertados a distância, formam os docentes que atuarão na educação básica, compreende-se que tais orientações interpelam diretamente a formação inicial de professores de música. A partir

disso, emerge a seguinte questão: em que medida a produção brasileira sobre IA na Educação Musical dialoga com as orientações das políticas nacionais voltadas à formação docente?

Diante desse cenário, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica e documental cujo objetivo foi analisar aproximações e lacunas entre a produção acadêmica sobre IA na Educação Musical e as orientações das políticas nacionais de IA na educação, com atenção especial à formação de professores de música na modalidade EaD. Defende-se, ao longo do texto, que a mediação pedagógica, mais do que a inovação tecnológica em si, constitui o eixo capaz de articular esses dois campos, e busca-se, com isso, oferecer subsídios para novas investigações e para o planejamento formativo dos cursos de licenciatura em música.

Fundamentação teórica

A investigação apoia-se em três eixos teóricos complementares. O primeiro articula as dimensões pedagógica e ética do debate sobre IA na educação. Embora autores como Luckin (2018) destaquem o potencial da IA para personalizar a aprendizagem, e Holmes, Bialik e Fadel (2019) sistematizem suas promessas para o apoio ao trabalho docente, esses mesmos estudos alertam para questões relacionadas à transparência, à privacidade e à responsabilidade no uso dessas tecnologias. Em diálogo com essas ponderações, a crítica sociotécnica de Selwyn (2019) sustenta que a incorporação de tecnologias na educação não é neutra nem inevitável, exigindo análise das relações de poder, dos interesses comerciais e dos efeitos sobre o trabalho docente. Essa perspectiva tensiona discursos deterministas que anunciam a substituição do professor e reafirma a centralidade da mediação humana nos processos educativos. No contexto brasileiro, Sichman (2021) sistematiza os avanços e os riscos sociais da IA, enquanto Kaufman (2021) demonstra a restrita aplicabilidade de princípios éticos gerais ao ecossistema dessas tecnologias, o que reforça a necessidade de orientações contextualizadas. Corroborando esse conjunto no plano epistemológico, Santaella (2024) e Santaella e Kaufman (2024) discutem como a IA generativa (IAG) desafia concepções consolidadas sobre inteligência, criatividade e autoria, questões particularmente sensíveis para a música, campo em que a criação é constitutiva da experiência formativa. Diante desses

estudos, compreende-se que a adoção da IA na Educação Musical não depende apenas da disponibilidade tecnológica, mas, sobretudo, da formação crítica dos professores e de políticas institucionais que orientem seu uso.

O segundo eixo ancora-se na epistemologia da prática profissional de Tardif (2014), segundo a qual os saberes docentes são plurais, temporais e construídos na experiência. A partir dessa perspectiva, argumenta-se que a chegada da IAG aos ambientes formativos não representa apenas a adição de um recurso, mas a mobilização de todo um repertório de saberes disciplinares, curriculares e experienciais que precisa ser reorganizado para dar conta de novas formas de mediação, planejamento e avaliação, movimento que Silva (2025) identifica como um dos principais desafios postos pela IA à docência no Brasil.

O terceiro eixo recorre à Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2015; Jodelet, 2001), que permite compreender como os docentes constroem, partilham e negociam sentidos sobre a IA em seu cotidiano profissional. Considera-se que as representações sociais orientam condutas e práticas; por essa razão, incorporá-las à leitura da produção acadêmica é fundamental para interpretar por que professores adotam ou ressignificam as ferramentas de IAG, ou resistem a elas em suas aulas, dimensão que, como se verá, os estudos da área apenas começam a explorar.

Esses eixos convergem para o conceito de mediação pedagógica, aqui compreendido como o conjunto de ações intencionais do professor que transformam recursos tecnológicos em oportunidades de aprendizagem musical significativa. Na EaD, essa mediação assume contornos próprios: o docente atua por meio de interfaces, fóruns, videoaulas e sistemas de tutoria, e a IAG adiciona uma camada inédita a essa relação, na medida em que estudantes e professores passam a interagir também com sistemas capazes de gerar textos, arranjos, harmonizações e f*eedbacks* automatizados. Nesse contexto, sustenta-se que investigar as percepções e as práticas docentes torna-se ainda mais relevante, tendo em vista que são elas que orientam as decisões cotidianas sobre quando, como e para que utilizar, ou não, essas ferramentas nos processos formativos.

Além disso, cabe situar o lugar da EaD nesse debate. A modalidade a distância consolidou-se, nas últimas décadas, como via importante de interiorização da formação de

professores de música no Brasil, alcançando regiões desassistidas pelos cursos presenciais. Argumenta-se, contudo, que essa expansão traz consigo uma responsabilidade formativa específica: se a relação pedagógica na EaD já é mediada por tecnologias, a chegada da IAG intensifica a exigência de que os formadores dominem criticamente esses recursos, sob pena de a formação reproduzir usos instrumentais e acríticos, risco para o qual Ferraz (2025) e Gohn (2025a) chamam a atenção em suas análises sobre a modalidade. Compreende-se, portanto, que discutir IA na formação de professores de música a distância não é um recorte periférico, mas um ponto estratégico em que convergem a democratização do acesso, a qualidade da formação e as novas exigências das políticas educacionais.

Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida em três etapas. Na primeira, realizou-se o levantamento da produção sobre IA e Educação Musical publicada entre 2019 e 2026 em periódicos, dissertações e anais de eventos das áreas de Educação Musical e Educação, priorizando-se trabalhos com acesso aberto e vínculo direto com a formação docente e a EaD. A delimitação temporal justifica-se por corresponder ao período de intensificação da produção sobre IA generativa na área, em consonância com o recorte adotado na revisão de Sampaio e Westermann (2025); o aporte teórico, por sua vez, recorre a obras de referência que antecedem esse período, tendo em vista seu caráter fundante para a discussão. Na segunda etapa, procedeu-se à análise dos documentos oficiais do MEC sobre IA na educação (Brasil, 2026; Menezes *et al.*, 2026), com atenção às orientações voltadas à formação de professores. Na terceira, o *corpus* foi submetido a leitura analítica e organizado em três categorias construídas indutivamente: a IA como ferramenta pedagógico-musical; a IA na formação de professores e na EaD; e o diálogo entre a produção da área e os documentos oficiais. Os resultados são apresentados e discutidos a seguir, buscando-se não apenas descrever os trabalhos, mas articulá-los criticamente entre si e com as políticas nacionais. Cumpre registrar, como limitação, que a revisão empreendida é de caráter narrativo, sem pretensão de exaustividade estatística; seu valor reside, sobretudo, na articulação crítica entre produções recentes e um cenário normativo em plena constituição.

O levantamento foi realizado no Google Acadêmico, com termos relacionados à inteligência artificial, à Educação Musical e à Educação a Distância (EaD). A utilização dessa ferramenta mostra-se pertinente ao caráter bibliográfico da pesquisa, permitir localizar diferentes tipos de produção prévia dos periódicos ou eventos; sua inclusão decorreu dos trabalhos encontrados e de sua pertinência temática. O conjunto analisado inclui publicações do 27º Congresso Nacional da ABEM (2025), do 6º Encontro Regional Nordeste da ABEM (2024), do 34º Congresso da ANPPOM (2024) e da 9ª e 11ª edições do Nas Nuvens... Congresso de Música (2023 e 2025), além de artigos da Revista da ABEM, Música em Foco, Música na Educação Básica e Revista Educação Contemporânea e da dissertação de Silva (2025), da Universidade Estadual de Montes Claros.

Registra-se que ferramentas de inteligência artificial generativa foram utilizadas como apoio à revisão linguística, com conferência humana, à organização do levantamento bibliográfico e à sistematização das referências e citações, observando-se as normas da ABNT e do evento. As ferramentas não foram utilizadas para gerar conteúdo científico original, interpretar resultados ou analisar dados. Não foram enviados a essas ferramentas dados inéditos ou sensíveis provenientes de pesquisa de campo. A autoria assume inteira responsabilidade ética pela integridade científica do conteúdo apresentado no manuscrito.

Resultados e discussão

De modo panorâmico, constata-se que o *corpus* analisado se distribui de forma desigual entre as três categorias: predominam os estudos sobre ferramentas e aplicações, seguidos das pesquisas sobre formação docente, ao passo que o diálogo com as políticas públicas figura apenas de modo incipiente. Essa distribuição, por si só, já constitui um achado relevante, pois indica que a área tem respondido à novidade tecnológica com mais agilidade do que ao movimento normativo que a acompanha. A seguir, cada categoria é detalhada, articulando-se os trabalhos entre si e evidenciando-se as tensões que emergem desse conjunto.

A primeira categoria, IA como ferramenta pedagógico-musical, reúne estudos que descrevem usos da IAG em processos de criação, harmonização, produção de materiais

didáticos e *feedback*. Oliveira (2021) apresenta panorama introdutório das aplicações da IA como recurso auxiliar na educação musical, e Santos (2025) sistematiza as contribuições pedagógicas dessas ferramentas para o ensino de música, evidenciando um repertório crescente de possibilidades para o planejamento docente. Em âmbito internacional, Luo (2023) corrobora esse movimento ao mapear aplicações da IA no ensino de música, sinalizando que se trata de tendência global, e não de fenômeno restrito ao contexto brasileiro.

Observa-se, contudo, que essa literatura tende a privilegiar as potencialidades das ferramentas, nem sempre submetendo-as a escrutínio empírico. Nesse sentido, o estudo de Gohn (2025b) oferece um contraponto relevante: ao analisar empiricamente interações com modelos de linguagem no ensino de bateria e percussão, o autor demonstra que, embora a IA emule com sofisticação discursos avaliativos musicais, ainda carece de precisão contextual e sensibilidade estética para oferecer retornos pedagogicamente consistentes. Essa constatação permite inferir que o entusiasmo com as ferramentas precisa ser calibrado pela verificação de sua real contribuição para a aprendizagem musical.

Enquanto Ribeiro e Marins (2023) propõem a noção de simbiose criativa para pensar as relações éticas entre humanos e sistemas inteligentes na formação musical, proposta ampliada em Ribeiro, Marins e Amorim (2024) com a ideia de tutores artificiais, Oliveira, Chagas Neto e Barros (2026) voltam-se à educação básica, propondo atividades pedagógico-musicais a partir da plataforma Moises. A comparação entre essas produções evidencia que a IA já circula tanto na reflexão teórica sobre a formação musical quanto nas práticas escolares para as quais os licenciandos são formados, o que reforça a necessidade de preparar os futuros professores para mediar esses recursos. No contexto específico da formação a distância, Paiva (2024) realizou estudo inicial em um curso de Licenciatura em Música EaD, evidenciando usos emergentes da IAG por docentes e discentes e a necessidade de aprofundamento investigativo sobre essa modalidade, lacuna que os demais trabalhos da categoria, concentrados em contextos presenciais ou genéricos, não chegam a enfrentar.

Uma leitura diacrônica do próprio recorte também se mostra produtiva. Ao se comparar o início e o fim do período analisado, nota-se um deslocamento significativo:

enquanto trabalhos como o de Oliveira (2021) dedicavam-se a apresentar a IA à área em tom panorâmico e prospectivo, as produções mais recentes já partem de ferramentas em uso corrente por professores e estudantes, seja para testá-las empiricamente (Gohn, 2025b), seja para convertê-las em propostas didáticas concretas (Oliveira; Chagas Neto; Barros, 2026). Infere-se, desse contraste, que, em poucos anos, o problema da Educação Musical deixou de ser o acesso à tecnologia e passou a ser a governança pedagógica de tecnologias que se disseminam mais rapidamente do que a capacidade formativa de as assimilar. Trata-se de uma inversão que redimensiona o papel da formação docente.

A segunda categoria, IA na formação de professores e na EaD, abrange pesquisas voltadas à mediação docente e à orientação do uso. Cernev (2025), em estudo exploratório com 347 licenciandos em música de instituições públicas brasileiras, constatou que a IA já integra o cotidiano acadêmico, da revisão de textos à criação de arranjos, mas identificou inquietações quanto à padronização das produções, à autoria e à profundidade reflexiva, além da escassez de debates curriculares sobre o tema. Esses resultados evidenciam um descompasso significativo: os estudantes utilizam as ferramentas em larga escala, mas os currículos das licenciaturas ainda não institucionalizaram a discussão sobre esse uso.

Em contrapartida a esse cenário de ausência formativa, Veras e Oliveira (2024; 2025) demonstram, por meio de pesquisa-ação com licenciandos em música, que a supervisão e a orientação docente favorecem o uso ético da IAG na escrita acadêmica. O contraste entre os dois conjuntos de achados é revelador: enquanto o estudo de Cernev (2025) diagnostica o problema da falta de mediação, a pesquisa-ação de Veras e Oliveira (2024; 2025) indica um caminho possível de enfrentamento, sustentando o argumento de que a mediação pedagógica intencional produz efeitos formativos concretos. Convergindo com essa leitura, Amaral e Silva (2025) identificam, em estudo exploratório sobre a práxis, lacunas na formação docente para o trabalho pedagógico com IA, apesar do potencial inclusivo e multiletrado dessas tecnologias; e, no âmbito da educação em geral, Silva (2025) analisa as possibilidades e os desafios da IA para a docência no Brasil, reforçando a urgência de políticas de formação inicial e continuada.

No que se refere especificamente à modalidade a distância, Ferraz (2025) propõe o deslocamento da mera instrumentalização para a transformação crítica das práticas pedagógicas na educação musical EaD, enquanto Gohn (2025a) discute caminhos e descaminhos da IA nesses contextos formativos. Semelhantemente, ainda que anterior ao *boom* da IAG, a pesquisa-ação de Ribeiro e Silva (2022) com tecnologias digitais no ensino médio potiguar já evidenciava que a mediação pedagógica é condição para a aprendizagem musical significativa em ambientes tecnológicos, princípio que se estende, com ainda mais força, ao debate sobre a IA generativa. Por fim, a revisão narrativa de Sampaio e Westermann (2025), que mapeou a produção brasileira entre 2019 e 2025, confirma o predomínio de abordagens teóricas e descritivas e a escassez de pesquisas empíricas na área.

Diante desses estudos, compreende-se que o desafio central não é o acesso às ferramentas, mas a construção de saberes docentes específicos, no sentido atribuído por Tardif (2014), para mediar seu uso de forma ética e pedagogicamente fundamentada. Verifica-se, ainda, que a EaD permanece como a modalidade menos investigada, justamente aquela em que a mediação tecnológica é constitutiva da relação pedagógica e em que a formação de professores de música mais tem se expandido no país.

Verifica-se, ademais, que as implicações éticas atravessam toda a categoria. As inquietações com autoria e padronização identificadas por Cernev (2025) ecoam a advertência de Kaufman (2021) sobre a restrita aplicabilidade de princípios éticos gerais ao ecossistema de IA: não basta enunciar valores; é preciso traduzi-los em orientações operacionais para contextos específicos, como a avaliação da produção musical e textual dos licenciandos. Semelhantemente, a reflexão de Santaella e Kaufman (2024) sobre os abalos que a IAG provoca nas noções de criatividade e autoria humanas ganha densidade particular na formação musical, em que compor, arranjar e interpretar são, simultaneamente, objetos de ensino e formas de expressão identitária. Sustenta-se, assim, que a formação ética para o uso da IA na licenciatura em música não pode se limitar a códigos de conduta genéricos, devendo enfrentar dilemas próprios do fazer musical.

A terceira categoria confronta essa produção com os documentos oficiais. O Referencial orienta que a IA seja colocada a serviço do fortalecimento da inclusão e da

ampliação da equidade (Brasil, 2026), exigindo supervisão humana efetiva, transparência e valorização do trabalho docente, com orientações específicas para a integração curricular da IA nas licenciaturas. Observa-se que o documento se estrutura em torno de princípios (centralidade humana, responsabilidade, proteção de dados e mitigação de vieses) que deslocam a discussão do plano estritamente técnico para o plano formativo e ético, interpelando as instituições de ensino superior a rever seus projetos pedagógicos. O documento orientador da Educação Básica (Menezes *et al*., 2026), por sua vez, articula o ensino sobre IA e o ensino com IA, em consonância com a LGPD e o ECA Digital, propõe caminhos curriculares para o letramento em IA dos estudantes e dedica capítulo próprio às formações de professores, reafirmando a centralidade da mediação docente:

> A incorporação da IA na educação amplia possibilidades pedagógicas, reorganiza práticas escolares e exige novas competências profissionais. Nesse contexto, a formação e a valorização do corpo docente assumem papel central, pois são os professores que traduzem orientações curriculares, políticas educacionais e recursos tecnológicos em experiências concretas de aprendizagem. Preparar os docentes para atuar com IA envolve ampliar repertórios técnicos, pedagógicos e éticos, fortalecendo sua autonomia intelectual e sua capacidade de mediação crítica. Mais do que aprender a operar ferramentas, trata-se de desenvolver condições institucionais e formativas que permitam aos professores compreenderem o funcionamento dessas tecnologias, avaliar seus impactos educacionais e participar ativamente das decisões sobre seu uso na escola (Menezes *et al.*, 2026, p. 60).

A partir dessa orientação, verifica-se que os documentos oficiais não tratam a IA como fim em si mesmo, mas como recurso subordinado a finalidades pedagógicas, éticas e inclusivas, posição que converge com a crítica de Selwyn (2019) e com os alertas de Holmes, Bialik e Fadel (2019). O cruzamento com a produção da área permite constatar aproximações relevantes: a defesa da mediação docente, o letramento em IA e as preocupações com ética, autoria e personalização já figuram nos trabalhos analisados (Cernev, 2025; Gohn, 2025a; Ferraz, 2025; Veras; Oliveira, 2025). Em contrapartida, as lacunas são igualmente evidentes: constata-se que os estudos pouco dialogam com os marcos normativos nacionais, raramente tratam da inclusão e da equidade de acesso, dimensões centrais nos documentos do MEC, e

quase não abordam as especificidades da EaD, modalidade que constitui, justamente, o elo entre a formação inicial e a atuação futura na educação básica.

Esses resultados evidenciam, em síntese, que a produção brasileira sobre IA na Educação Musical e as políticas nacionais caminham em trilhas paralelas que apenas começam a se cruzar: enquanto a literatura avança na descrição de ferramentas e em experiências pontuais de mediação, os documentos oficiais avançam na normatização de princípios; falta, contudo, o espaço intermediário: pesquisas empíricas que examinem como esses princípios se materializam (ou não) nas práticas concretas de formação de professores de música, sobretudo a distância.

Considerações finais

Conclui-se que a pesquisa brasileira sobre IA na Educação Musical cresce rapidamente, mas permanece concentrada na descrição de ferramentas e em estudos exploratórios, corroborando o diagnóstico de Sampaio e Westermann (2025). São escassas as investigações sobre a mediação pedagógica da IAG na formação docente a distância e, sobretudo, análises que articulem essas práticas às políticas nacionais de IA na educação. Nesse sentido, defende-se que a mediação pedagógica, e não a inovação tecnológica em si, constitui o eixo capaz de aproximar a formação de professores de música das orientações do MEC, na esteira da crítica de Selwyn (2019), da valorização dos saberes docentes proposta por Tardif (2014) e do movimento de transformação crítica das práticas sugerido por Ferraz (2025). Sustenta-se, ainda, que o alinhamento entre a produção da área e os documentos oficiais não deve ser entendido como submissão da pesquisa às agendas governamentais, mas como diálogo crítico: a literatura pode tanto se apropriar das diretrizes quanto tensioná-las, apontando os limites de sua aplicabilidade aos contextos concretos do ensino de música, especialmente nas regiões em que a conectividade e a infraestrutura ainda constituem barreiras significativas.

Do ponto de vista das implicações práticas, os resultados permitem sugerir ao menos três frentes de ação para os cursos de Licenciatura em Música, presenciais e a distância: a inserção curricular do letramento em IA, articulando dimensões técnica, pedagógica e ética, em consonância com o que propõem os documentos oficiais (Brasil, 2026; Menezes *et al.*,

2026); a criação de espaços formativos de experimentação mediada das ferramentas generativas, na direção apontada pelas pesquisas-ação analisadas (Veras; Oliveira, 2024; 2025; Ribeiro; Silva, 2022); e a formação continuada dos próprios formadores, condição para que a mediação crítica defendida na literatura (Selwyn, 2019; Ferraz, 2025) não permaneça como enunciado abstrato. Nota-se que nenhuma dessas frentes exige, prioritariamente, investimento tecnológico; exigem, antes, decisão institucional e trabalho pedagógico, o que reforça a tese central deste estudo.

Como contribuição para a área, esta pesquisa oferece um mapa das convergências e das lacunas entre a produção acadêmica e as políticas públicas, delineando uma agenda investigativa que inclui estudos empíricos sobre as percepções e os usos da IAG por docentes dos cursos de Licenciatura em Música na modalidade EaD, os quais formam os professores que atuarão na educação básica sob as novas diretrizes nacionais. Reconhece-se, igualmente, a necessidade de investigações que escutem os estudantes, que examinem os projetos pedagógicos dos cursos e que acompanhem, longitudinalmente, os efeitos das novas orientações do MEC sobre as práticas formativas.

Os resultados desta pesquisa indicam que a consolidação da Inteligência Artificial Generativa na formação de professores de música dependerá menos da adoção de novas tecnologias e mais da construção de projetos formativos capazes de articular mediação pedagógica, ética e políticas públicas, reafirmando o protagonismo docente como condição para um uso crítico, responsável e pedagogicamente significativo dessas tecnologias. Espera-se que, a partir deste trabalho, novas pesquisas aprofundem a investigação da mediação pedagógica da IAG na formação docente em música, fortalecendo o diálogo entre a Educação Musical, a formação de professores e as políticas públicas brasileiras.

Referências

AMARAL, José Hérikson Dantas do; SILVA, José Igor Paulino da. A práxis na Educação Musical na era da Inteligência Artificial: diálogos, lacunas e reflexões a partir de um estudo exploratório. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABEM, 27., 2025. *Anais [...]*. ABEM, 2025. Disponível em: <https://eventos.abem.mus.br/eventos/article/view/340>. Acesso em: 1 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial para desenvolvimento e uso responsáveis de inteligência artificial na educação*. Brasília: MEC, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/referencial-de-ia-na-educacao>. Acesso em: 1 jul. 2026.

CERNEV, Francine Kemmer. O uso da Inteligência Artificial por estudantes de licenciatura em música: um estudo exploratório. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABEM, 27., 2025. *Anais [...]*. ABEM, 2025. Disponível em: <https://eventos.abem.mus.br/eventos/article/view/41>. Acesso em: 1 jul. 2026.

FERRAZ, Rafael. Inteligência artificial na educação musical a distância: da instrumentalização à transformação crítica das práticas pedagógicas. In: NAS NUVENS... CONGRESSO DE MÚSICA, 11., 2025. *Anais [...]*. 2025. DOI: 10.5281/zenodo.17771035. Disponível em: <https://www.musica.ufmg.br/nasnuvens>. Acesso em: 1 jul. 2026.

GOHN, Daniel. Educação musical com inteligência artificial: caminhos e descaminhos. In: VELOSO, Braian; PARESCHI, Claudinei; MAURICIO, Gustavo; MILL, Daniel; SANTIAGO, Glauber (org.). *Educação a distância e presencial na cultura digital*: reflexões sobre inteligência artificial, inclusão e outros temas emergentes. São Carlos: UFSCar, 2025a.

GOHN, Daniel. Inteligência Artificial no ensino e aprendizagem de bateria e percussão: ferramentas atuais e perspectivas futuras. *Revista da ABEM*, v. 33, n. 1, e33113, 2025b. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/1432>. Acesso em: 1 jul. 2026.

HOLMES, Wayne; BIALIK, Maya; FADEL, Charles. *Artificial Intelligence in Education*: promises and implications for teaching and learning. Boston: Center for Curriculum Redesign, 2019.

JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KAUFMAN, Dora. Inteligência Artificial e os desafios éticos: a restrita aplicabilidade dos princípios gerais para nortear o ecossistema de IA. *Paulus*: Revista de Comunicação da FAPCOM, São Paulo, v. 5, p. 73-84, 2021.

LUCKIN, Rose. *Machine Learning and Human Intelligence*: the future of education for the 21st century. London: UCL IOE Press, 2018.

LUO, Ziling. The Application of Artificial Intelligence Technology in Music Education. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTERDISCIPLINARY HUMANITIES AND COMMUNICATION STUDIES, 2., 2023. *Anais [...]*. 2023. p. 305-306. DOI: 10.54254/2753-7048/35/20232155.

MENEZES, Paula; ARIZA, Flora; CARDOSO, Thaís Sanches; KÓVACS, Marina; ROSA, Larissa Santa; BRACKMANN, Christian; VICARI, Rosa; ISOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig; FILGUEIRAS, Fernando de Barros; NEJM, Rodrigo. *Inteligência Artificial na Educação Básica*: documento orientador sobre caminhos curriculares e práticas éticas de uso de IA nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/documentos/ia-educacao-basica.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2026.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Lucas Flaviano da Silva; CHAGAS NETO, Antonio; BARROS, Matheus Henrique da Fonsêca. Música, Tecnologia e Inteligência Artificial (IA): proposta de atividades pedagógico-musicais a partir da plataforma Moises. *Música na Educação Básica*, v. 15, e151805, 2026. DOI: 10.33054/MEB151805.

OLIVEIRA, Rodrigo de. Inteligência Artificial como ferramenta de auxílio na Educação Musical. *Música em Foco*, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ia.unesp.br/index.php/musicaemfoco/article/view/686>. Acesso em: 1 jul. 2026.

PAIVA, Luciano Luan Gomes. Inteligência artificial e Educação Musical: um estudo inicial no curso de Licenciatura em Música EAD da UERN. In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA ABEM, 6., 2024, Sobral. *Anais [...]*. Sobral: ABEM, 2024. Disponível em: <https://abem.mus.br/anais_ernd/v6/papers/2346/public/2346-8730-1-PB.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2026.

RIBEIRO, Giann Mendes; SILVA, Gibson Alves Marinho da. Autodeterminação na aprendizagem musical mediada por tecnologias digitais no ensino médio: uma pesquisa-ação em uma escola estadual de Mossoró/RN. *Per Musi*, n. 42, p. 1-27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/permusi/article/view/19979>. Acesso em: 1 jul. 2026.

RIBEIRO, Tauan da Cunha; MARINS, Paulo Roberto Affonso. Inteligência Artificial aplicada aos processos de formação musical: questões éticas sobre uma simbiose criativa. In: NAS NUVENS... CONGRESSO DE MÚSICA, 9., 2023. *Anais [...]*. 2023. Disponível em: <https://musica.ufmg.br/nasnuvens/wp-content/uploads/sites/5/2024/04/29-Inteligencia-Artificial-aplicada-aos-processos-de-formacao-musical-questoes-eticas-sobre-uma-simbiose-criativa-1.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2026.

RIBEIRO, Tauan da Cunha; MARINS, Paulo Roberto Affonso; AMORIM, Jefferson Nunes de. Simbiose criativa: uma perspectiva transdisciplinar de tutores artificiais na amplificação da educação musical sustentável. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 34., 2024, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: ANPPOM, 2024. Disponível em: <https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2024/papers/2583/public/2583-10525-1-PB.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2026.

SAMPAIO, Thiago Machado; WESTERMANN, Bruno. Inteligência Artificial e Música no Brasil (2019-2025): uma revisão narrativa sobre produção acadêmica, tendências e lacunas. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABEM, 27., 2025. *Anais [...]*. ABEM, 2025. Disponível em: <https://eventos.abem.mus.br/eventos/article/view/216>. Acesso em: 1 jul. 2026.

SANTAELLA, Lucia. Novos dilemas da IA: a inteligência quer se expandir e o organismo quer perdurar. Por que e como a IA generativa pensa e raciocina. *Cadernos IHU ideias*, São Leopoldo, v. 22, p. 4-9, 2024. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>. Acesso em: 1 jul. 2026.

SANTAELLA, Lucia; KAUFMAN, Dora. A inteligência artificial generativa como quarta ferida narcísica do humano. *MATRIZes*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 37-53, 2024. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i1p37-53. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/210834>. Acesso em: 1 jul. 2026.

SANTOS, Daniel Ferreira dos. Inteligência Artificial e Música: contribuições pedagógicas da IA para a educação musical. *Revista Educação Contemporânea - REC*, v. 2, p. 3272-3289, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.17475526.

SELWYN, Neil. *Should robots replace teachers?* AI and the future of education. Cambridge: Polity Press, 2019.

SICHMAN, Jaime Simão. Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. *Estudos Avançados*, v. 35, p. 37-40, 2021.

SILVA, Tharley Eustáquio da Mota. *A Inteligência Artificial*: possibilidades e desafios para a docência no Brasil. 2025. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2025.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VERAS, Alan Rommel Rodrigues; OLIVEIRA, Mário André Wanderley. Inteligência Artificial Generativa e formação em pesquisa: reflexões sobre orientação do uso e avaliação da aprendizagem. In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA ABEM, 6., 2024, Sobral. *Anais [...]*. Sobral: ABEM, 2024. Disponível em: <https://abem.mus.br/anais_ernd/v6/papers/2364/public/2364-8732-1-PB.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2026.

VERAS, Alan Rommel Rodrigues; OLIVEIRA, Mário André Wanderley. Inteligência Artificial Generativa e formação em pesquisa: uma pesquisa-ação com licenciandos/as em Música de uma universidade brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABEM, 27., 2025. *Anais [...]*. ABEM, 2025. Disponível em: <https://eventos.abem.mus.br/eventos/article/view/556>. Acesso em: 1 jul. 2026.